

---

**PARECER JURÍDICO - 769/2025****I - RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do Memorando nº 993/2025, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao Processo Licitatório nº 201/2025, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma presencial nº 033/2025, Tipo Menor Preço Global, com objeto de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de Serviços Técnicos de Engenharia para a Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário, para atender as demandas da Prefeitura do Município de Cataguases/MG.

A devida solicitação foi formalizada por meio do CI nº 335/2025, datado de 03/12/2025, emitido pela Secretaria de Fazenda e assinado pelo Secretário Tiago Rodrigues de Souza Reis e pelo Fiscal do contrato, José Maria Magalhães Sasso, e acostando os seguintes documentos:

- **ETP - Estudo Técnico Preliminar;**
- **Termo de Referência;**
- **Declaração do Setor Requisitante;**
- **Matriz de Riscos;**
- **Planilha orçamentária;**
- **Anexo I;**
- **Cronograma físico-financeiro;**
- **Minuta do Edital;**
- **Minuta do Contrato;**

**1. QUAL A FUNÇÃO DESTE PARECER ?**

A função deste parecer encontra respaldo no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, que prevê o controle prévio de legalidade mediante análise jurídica do processo licitatório em sua fase inicial, ou seja, na fase preparatória, anterior à publicação do edital. Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

## **2. QUAIS SÃO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO LICITATÓRIO ?**

Essa fase envolve, basicamente, 11 elementos principais. Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, previsto no inciso VII do caput do art. 12 da referida Lei, sempre que elaborado, bem como com as leis orçamentárias. Além disso, deve contemplar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação.

### **São requisitos dessa fase:**

1. A descrição da necessidade da contratação, fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
2. A definição do objeto para atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
3. A definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
4. O orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
5. A elaboração do edital de licitação;
6. A elaboração da minuta de contrato, quando necessária, que deverá constar obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
7. O regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
8. A modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da combinação desses parâmetros, para fins de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
9. A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como a justificativa de exigências de qualificação técnica (com indicação das parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto), de qualificação econômico-financeira, dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
10. A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

11. A motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o disposto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

**3. QUAL A DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO FUNDAMENTADA EM ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR QUE CARACTERIZE O INTERESSE PÚBLICO ENVOLVIDO?**

O Município de Cataguases em seu ETP justifica que a contratação dos serviços se faz necessária para suprir a necessidade de ampliação do sistema de tratamento de esgoto da sede do município, implantação deste sistema nos distritos ,e, a carência de redes interceptoras e estações de tratamento, sendo que, não obstante as atividades administrativas e operacionais, o serviço de água e esgoto precisa de constante melhoramento.

**4. QUAL A DEFINIÇÃO DO OBJETO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE, POR MEIO DE TERMO DE REFERÊNCIA, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO OU PROJETO EXECUTIVO?**

A secretaria de Fazenda especifica a definição do objeto através do seu termo de referência:

“ A Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de Serviços Técnicos de Engenharia para a Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, compreendendo os serviços do Setor Administrativo (Contrato); Setor Comercial (Atendimento ao público, Fornecimento de software, leitura, emissão de fatura, cadastramento de ligações de água, pagamentos); Setor de Operação e Manutenção - Água e Esgoto (Conjuntos eletromecânicos, adutoras, redes e ramais de agua e esgoto); Setor de Tratamento - Água (Captação, adução, produção, reservação e distribuição de água); e Setor de Tratamento - Esgoto (Coleta e tratamento final); para atender as demandas da Prefeitura do Município de Cataguases/MG.”

**5. QUAL A DEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO, DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO?**

Das condições de execução e pagamento está disposto nos itens 5 e 8 do termo de referência. Das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento está prevista no item 4 do termo de referência.

**6. QUAL O ORÇAMENTO ESTIMADO, COM AS COMPOSIÇÕES DOS PREÇOS UTILIZADOS PARA SUA FORMAÇÃO?**

Consta no item 6.1 do ETP que o valor máximo estimado para a execução dos serviços, objeto da licitação, é de R\$ 24.212.364,86 (vinte e quatro milhões, duzentos e doze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), referente ao somatório da Planilha 1 – serviços fixos, no valor de R\$ 22.372.121,16/ano, e da Planilha 2 – serviços especiais, no valor de R\$ 1.840.243,70/ano, constantes no Anexo I dos Valores Referenciais.

**7. A SECRETARIA JÁ POSSUI A ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO E A MINUTA DE CONTRATO, QUE CONSTARÁ OBRIGATORIAMENTE COMO ANEXO DO EDITAL DE LICITAÇÃO?**

Sim.

**8. QUAL A MODALIDADE DE LICITAÇÃO, O CRITÉRIO DE JULGAMENTO, O MODO DE DISPUTA E A ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA DA FORMA DE COMBINAÇÃO DESSES PARÂMETROS, PARA OS FINS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA APTA A GERAR O RESULTADO DE CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO?**

A modalidade adotada é a Concorrência Presencial (Edital, item 1.6), fundamentada na Lei nº 14.133/2021. A opção pela forma presencial foi justificada em razão da complexidade técnica do objeto, que exige análise documental minuciosa, entrega física de memoriais descritivos, cronogramas e planos operacionais, além da necessidade de avaliação conjunta de técnica e preço.

Embora a Lei nº 14.133/2021 disponha que as licitações sejam realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admite-se, de maneira excepcional, a utilização da forma presencial, desde que devidamente motivada, como ocorre no presente caso, **DEVENDO A SESSÃO PÚBLICA SER REGISTRADA EM ATA E GRAVADA EM ÁUDIO E VÍDEO.**

O critério de julgamento definido é o de menor valor global (Edital, itens 1.3 e 7.1), observadas as especificações técnicas, parâmetros de desempenho e qualidade constantes do Termo de Referência e anexos.

O modo de disputa é aberto, em sessão pública presencial (Edital, itens 1.6.1 e 1.7), com entrega de envelopes lacrados, abertura em ato contínuo, possibilidade de lances verbais e negociações presenciais. Todo o procedimento será registrado em ata, gravado em áudio e vídeo e transmitido em tempo real nos canais oficiais da Prefeitura, assegurando publicidade e transparência.

Quanto à adequação e eficiência da combinação desses parâmetros, o Estudo Técnico Preliminar (ETP, itens 5.1, 5.2 e 7.1) e o Termo de Referência (itens 2, 3 e 4) demonstram que a escolha é compatível com a natureza complexa e contínua dos serviços de engenharia de operação e manutenção dos sistemas de água e esgoto..

**9. QUAL É A MOTIVAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL, TAIS COMO JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, MEDIANTE INDICAÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA OU VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO, E DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, JUSTIFICATIVA DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS, NAS LICITAÇÕES COM JULGAMENTO POR MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO, E JUSTIFICATIVA DAS REGRAS PERTINENTES À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO?**

A Secretaria utilizará o critério de julgamento pelo menor preço, razão pela qual o inciso do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 não se aplica integralmente ao presente caso. Contudo, no item 12 do ETP consta a justificativa da viabilidade da contratação, nos seguintes termos:

“O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis, caracterizando-se pela economicidade.”

**10. QUAL É A ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL?**

Consta no Anexo 1 (análise de riscos) do ETP.

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

A lei de licitação 14.133/2021, art.18, §1º, também dispõe os requisitos que devem constar no ETP (Estudo Técnico Preliminar, sendo eles:

- a) Descrição da necessidade da contratação: consta no item 1 do ETP;
- b) Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual: consta no item 2 do ETP;
- c) Requisitos da contratação: consta no item 3 do ETP;
- d) Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e documentos de suporte, considerando interdependências com outras contratações (economia de escala): consta no Anexo I (valores referenciais), conforme item 6 do ETP
- e) Levantamento de mercado, análise das alternativas possíveis e justificativa técnica/econômica da solução escolhida: consta no item 4 do ETP;
- f) Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte: consta no Anexo I;
- g) Descrição da solução como um todo, inclusive exigências de manutenção e assistência técnica, quando aplicável: consta no item 5 do ETP
- h) Justificativas para o parcelamento ou não da contratação: consta no item 7 do ETP
- i) Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis: consta no item 8 do ETP.
- j) Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato, inclusive capacitação de servidores ou empregados para fiscalização e gestão contratual: consta no item 9 do ETP (justificado como não aplicável).
- k) Contratações correlatas e/ou interdependentes: consta no item 10 do ETP (justificado como não aplicável).
- l) Descrição de possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras, incluindo requisitos de baixo consumo de energia e recursos, além de logística reversa para desfazimento/reciclagem de bens e refugos, quando aplicável: consta no item 11 do ETP.
- m) Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para atendimento da necessidade a que se destina: consta no item 12 do ETP.

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

O termo de referência está previsto e definido no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021. Ele deve conter, de forma detalhada, os parâmetros e elementos descritivos necessários à adequada caracterização do objeto a ser contratado.

- a) Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação: consta nos itens 1 e 11 do termo de referência;
- b) Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas: consta no item 2 do termo de referência;
- c) Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto: consta no item 3 do termo de referência;
- d) Requisitos da contratação: consta no item 4 do termo de referência;
- e) Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento: consta no item 5 do termo de referência;
- f) Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade: consta no item 6 do Termo de Referência;
- g) Critérios de medição e de pagamento: consta no item 8 do Termo de referência;
- h) Forma e critérios de seleção do fornecedor: consta no item 9 do Termo de referência;
- i) Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado: consta no item 10 do termo de referência;
- j) Adequação orçamentária: consta no item 12 do termo de referência.

### **DO EDITAL E DA MINUTA DO CONTRATO**

Para finalizar a etapa de abertura do processo licitatório, é necessário que, para a sua conclusão, estejam disponíveis a minuta do edital e do contrato, além do presente parecer, em conformidade com a Lei de Licitação.

O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

O edital contempla os requisitos essenciais previstos na legislação, tais como: definição clara do objeto, critérios de julgamento, regras de participação e habilitação, além da vinculação ao instrumento convocatório.

A minuta de contrato, por sua vez, apresenta as cláusulas obrigatórias previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo: objeto, preço e condições de pagamento, obrigações da contratante e da contratada, dotação orçamentária, entrega e recebimento do objeto, vigência, sanções administrativas, hipóteses de extinção, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Dessa forma, conclui-se que tanto o edital quanto a minuta de contrato estão **plenamente adequados às exigências legais vigentes**, podendo o processo licitatório prosseguir com segurança jurídica e respaldo normativo.

A minuta do edital deste processo licitatório define a modalidade de licitação como concorrência, em razão da natureza do objeto a ser contratado. Tal escolha encontra-se em plena conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XXXVIII, alínea ‘a’, da Lei nº 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço global”, do mesmo modo, mostram-se adequados para a modalidade determinada pelo legislador.

É importante ressaltar que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

E também, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.



O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública.

#### **IV - CONCLUSÃO**

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, essa Procuradoria opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 172/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

Reforço que este parecer se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

É o Parecer.

Cataguases, 10 de dezembro de 2025.

**Marcella Cristina Andrade Oliveira**

**Procuradora do Município**

**OAB/MG 246.001**